

Vacinas contra a COVID-19 e o combate à desinformação na cobertura da Folha de S. Paulo

COVID-19 vaccines and the fight against disinformation in the coverage of Folha de S. Paulo

Luisa Massarani^[*]
luisa.massarani8@gmail.com

Antonio Brotas^[**]
antonio.brotas@fiocruz.br

Márcia Cristina Rocha Costa^[***]
marciarocha.jor@gmail.com

Luiz Felipe Fernandes Neves^[****]
luiz.felipe@ufg.br

RESUMO

Desde que a COVID-19 foi confirmada como uma pandemia de proporções globais, em março de 2020, o mundo passou a acompanhar com grande expectativa o desenvolvimento de uma vacina que colocasse fim a uma crise sanitária que alterou drasticamente o cotidiano das pessoas. Na esteira dos resultados dos testes com imunizantes fabricados por empresas farmacêuticas de diversos países, começaram a circular com mais intensidade as notícias falsas e enganosas sobre a vacina, exigindo da imprensa um trabalho de checagem e refutação desse conteúdo. Neste artigo, analisamos 41 textos publicados pelo jornal Folha de S. Paulo em 2020 que tiveram como foco o enfrentamento à desinformação sobre a vacina contra a COVID-19, a partir dos enquadramentos, das características dos

ABSTRACT

Since COVID-19 was confirmed as a pandemic of global proportions, in March 2020, the world has been watching with great anticipation the development of a vaccine that can put an end to a health crisis that has drastically altered people's daily lives. In the wake of the results of tests with immunizers manufactured by pharmaceutical companies in several countries, false and misleading news about the vaccine began to circulate more intensely, requiring the media to check and refute this content. In this article, we analyzed 41 texts published by Folha de S. Paulo in 2020 with a focus on tackling disinformation about the COVID-19 vaccine, based on frames, characteristics of the journalistic texts, presence of

[*] Instituto Nacional de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia. Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz). Av. Brasil, 4365 – Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ.

[**] Instituto Gonçalo Moniz/Fundação Oswaldo Cruz (IGM/Fiocruz). Rua Waldemar Falcão, 121 – Candeal, Salvador/BA.

[***] Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Rua Rui Barbosa, 710 – Centro, Cruz das Almas/BA.

[****] Instituto Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz). Av. Brasil, 4365 – Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ.

textos jornalísticos, da presença das agências de *fact-checking* e classificações utilizadas, das principais fontes acionadas e das mídias sociais mencionadas. O *frame* Bioético e Jurídico foi predominante, destacando a dicotomia entre verdadeiro e falso, certo e errado, científico e não científico. O outro *frame* identificado foi Política Pública e Estratégia Política, evidenciando as disputas de poder de atores políticos e os embates ideológicos em torno da vacina. A análise revela a importância da interlocução entre jornalismo e ciência em uma emergência de saúde pública e de uma prática profissional que tenha como base a evidência científica, a pluralidade de fontes e a importância da vacinação para a saúde coletiva.

Palavras-chave: *fact-checking*; *fake news*; COVID-19; vacina; jornalismo.

Introdução

Desde o início de 2020, a crise sanitária provocada pela pandemia de COVID-19, que causou milhares de mortes em diversos países, exigiu etiquetas sanitárias cotidianas, como o distanciamento social e o uso de máscara, e levou sistemas de saúde ao colapso. À medida que a ciência entrou em ação para revelar mais sobre o novo coronavírus SARS-CoV-2 e as formas de prevenção e tratamento da doença, tornou-se mais evidente a necessidade de uma vacina para frear as altas taxas de contágio e letalidade. Entretanto, a descoberta de vacinas seguras e eficazes em tempo recorde esbarram não apenas na dificuldade de acesso diante da capacidade de produção insuficiente para atender a demanda mundial por imunizantes, mas também na hesitação e recusa decorrentes da desconfiança estimulada pela desinformação.

Nesse contexto, o jornalismo e a ciência ganharam protagonismo no combate ao negacionismo científico, evidenciado na atual pandemia, que agrega os adeptos dos movimentos antivacina, das teorias conspiratórias, das curas milagrosas e de uma infinidade de conteúdos que desinformam e viralizam nas mídias sociais. Neste artigo, analisamos de forma quantitativa e qualitativa a cobertura sobre a vacina contra a COVID-19 pela Folha de S. Paulo, a partir dos enquadramentos de 41 textos publicados pelo jornal em sua página na internet, que, desde o título, tomaram o combate à desinformação sobre a vacina como eixo das suas narrativas baseadas em fatos científicos. Assim, o *corpus* incluiu conteúdo de agências de checagem, prioritariamente do Projeto Comprova, e colaborações de outras iniciativas, como a Agência Lupa, além de textos produzidos pelas diferentes editorias do jornal, que revelaram outros aspectos da cobertura, como as fontes mais acionadas e formas narrativas no combate à desinformação.

fact-checking agencies and their classifications, main sources, and the most addressed social media. The Bioethical and Legal frame was predominant, highlighting the dichotomy between true and false, right and wrong, scientific and non-scientific. The other frame identified was the Public Policy and Political Strategy, underlining the disputes of power of political actors and the ideological clashes surrounding the vaccine. The analysis reveals the importance of the dialogue between journalism and science in a public health emergency and a professional practice based on scientific evidence, the plurality of sources, and the importance of vaccination for public health.

Keywords: *fact-checking*; *fake news*; COVID-19; vaccine; journalism.

A análise qualitativa se baseia nos estudos de *framing* (enquadramento), adotando a perspectiva de quadro como “pacotes interpretativos” que são partilhados socialmente e funcionam como molduras que produzem sentidos e se relacionam com a cultura (Gamson e Modigliani, 1989). No combate à desinformação sobre vacinas na Folha de S. Paulo, foram identificados dois quadros (*frames*) predominantes: Bioético e Jurídico, que aborda o julgamento entre certo e errado; e Política Pública e Estratégia Política, que envolve as disputas de atores políticos em torno da vacina. De forma tangencial, foram identificados os quadros Incertezas Científicas, acionado pelas dúvidas sobre riscos e efeitos adversos das vacinas, e Desenvolvimento Tecnológico, sinalizado nas abordagens sobre a fase de testes, ensaios clínicos e eficácia dos imunizantes.

COVID-19 e desinformação: a vacina como alvo

A COVID-19 monopolizou boa parte da cobertura noticiosa da imprensa mundial, produzindo um considerável aumento de audiência para jornais e emissoras de televisão da chamada mídia tradicional, principalmente entre os cidadãos considerados menos informados e pela juventude, o que poderia representar uma oportunidade de ampliar sua credibilidade e rivalizar com as mídias sociais na busca por audiência (Casero-Ripollés, 2020). A disputa pela produção e disseminação de informações confiáveis e consideradas verdadeiras ocorreu em um espaço público inundado por todo tipo de informação, rumores, boatos e opiniões que buscavam o status de fatos, a ponto de a Organização Mundial da Saúde (OMS) utilizar o termo infodemia para classificar essa situação, caracterizada por ações automatizadas, voluntárias ou involuntárias, de produção e disseminação de desinforma-

ção, principalmente pela participação das mídias sociais no ecossistema comunicativo (Cinelli *et al.*, 2020).

O termo *fake news* – notícias falsas – foi oferecido para caracterizar esse cenário, uma vez que uma das formas contemporâneas da desinformação é a fabricação e distribuição de informações falsas ou enganosas que se apresentam no formato e/ou na linguagem jornalística, de modo a se apropriar da credibilidade da imprensa para emitir sinais de que são verdadeiras (Lazer *et al.*, 2018). Entretanto, Wardle e Derakhshan (2017) fazem uma pertinente ressalva ao evitar a utilização do termo *fake news*. Os autores notam que a expressão foi banalizada em seu significado ao ser apropriada por políticos de todo o mundo como forma de estigmatizar qualquer cobertura que os desagrade, mesmo que ela apresente fatos verdadeiros. Sendo assim, segundo os autores, é preferível falar em “desordem da informação” – um quadro conceitual no qual é possível classificar as mensagens de acordo com duas dimensões: o grau de incorreção e a intenção de dano.

Informação incorreta é quando uma informação falsa é compartilhada, mas sem intenção de causar dano. Desinformação é quando uma informação falsa é deliberadamente compartilhada para causar dano. Má informação é quando uma informação genuína é compartilhada para causar dano, ocorrendo geralmente ao se levar uma informação privada para a esfera pública (Wardle e Derakhshan, 2017, p. 5, grifo nosso, tradução nossa^[1]).

Neste artigo, priorizamos a adoção do termo desinformação, por dialogar melhor com o objeto em análise, assim como permitir uma discussão mais ampliada do fenômeno da desordem informacional, pois não se limita à produção e difusão de informações falsas que se estruturam na ordem simbólica do jornalismo para serem consideradas e replicadas como verdadeiras.

Wang *et al.* (2019) identificaram, a partir uma revisão sistemática, como a desinformação se apresentava na saúde, campo em que pode produzir impactos sobre a aceitação e a execução de políticas públicas, reduzir a adesão às tecnologias, a novas terapêuticas, fomentar o uso inadequado de medicamentos ou promover a substituição de drogas cientificamente comprovadas para o tratamento de novas

doenças por substâncias que não irão produzir qualquer efeito. Desconstruir a vacina, colocando em dúvida sua importância, segurança e eficácia, é uma estratégia antiga desses movimentos, que remontam à constituição das ligas antivacinação, criadas na Inglaterra e nos Estados Unidos para contestar a obrigatoriedade da vacina, ainda no século XIX (Hochman, 2011). A exploração dos sentimentos de medo e insegurança torna o movimento antivacina uma ameaça à saúde pública, ao contribuir para o que a OMS define como hesitação vacinal: o atraso na aceitação das vacinas ou a sua recusa, mesmo que elas estejam disponíveis para uso.

Ainda nesse contexto, Kata (2009) categorizou os conteúdos que são objeto de desinformação sobre vacina na internet: segurança e efetividade – associação das vacinas a veneno; medicina alternativa – defesa do herbalismo, homeopatia, quiropraxia, naturopatia e acupuntura como melhores que a vacina por oferecer proteção natural; liberdades civis – pais têm autonomia para decidir se devem ou não vacinar seus filhos; teoria da conspiração – haveria um acordo entre governos, farmacêuticas e instituições regulatórias para acobertar os verdadeiros efeitos danosos provocados pelas vacinas; moralidade, religião e ideologia – mensagens que envolvem doutrinas religiosas, acusação de uso de tecidos de fetos abortados nas vacinas e experimentação não controlada de vacinas em países pobres; apelos emotivos – testemunhos pessoais de pais e mães, colocando-se em oposição ao Estado, governo e profissionais de saúde; aspectos de conteúdo – abordagem das controvérsias sobre as vacinas.

Já a difusão de desinformação, um dos pontos centrais apontados pela referida autora, caracteriza-se pela apresentação de estudos mal desenhados, com distorções deliberadas de conteúdo e do período de publicação, além da análise e da exposição seletiva dos dados, que levam a conclusões erradas sobre as vacinas.

O embate promovido pelo *fact-checking*

A prática da checagem de fatos nos campos da ciência e da saúde ocorre após uma consolidação da atividade na área política, principalmente após experiências bem-sucedidas, como a da PolitiFact^[2], e da experiência das

[1] *Mis-information is when false information is shared, but no harm is meant. Dis-information is When false information is knowingly shared to cause harm. Mal-information is when genuine information is shared to cause harm, often by moving information designed to stay private into the public sphere.*

[2] Ligado ao jornal Tampa Bay Times, a iniciativa fundada em 2007 foi vencedora do Prêmio Pulitzer de 2009 e tem o foco na verificação de discursos de políticos.

eleições presidenciais norte-americanas de 2016, quando o termo *fake news* se popularizou (Allcott e Gentzkow, 2017). No Brasil, as experiências com *fact-checking* também passaram a compor o menu jornalístico de cobertura da política. Em 2015, no bojo do debate sobre o impeachment da então presidente Dilma Rousseff, foram lançadas três experiências em agências de *fact-checking* no Brasil: Agência Lupa, hospedada no site da Revista Piauí; Truco, da Agência Pública; e Aos Fatos. Todas elas estão associadas ao International Fact-Checking Network (IFCN).

Dourado (2016) avaliou essas experiências e identificou que, diferente da norte-americana, a etiquetagem das informações não é usada em todas as publicações. Entretanto, elas destacam nos títulos o indivíduo que é alvo da checagem, de modo a gerar maior repercussão entre seus leitores. Diniz (2018), após analisar modos de organização, modelo de negócio, metodologia de checagem e sistemas de classificação das declarações, defende a prática como “[...] um caminho para recuperar a credibilidade e fortalecer as coberturas jornalísticas sobre os temas de interesse público” (Diniz, 2018, p. 35), sobretudo em um cenário de propagação de desinformação e de readequação do jornalismo no ecossistema midiático.

Importante destacar outras duas experiências no Brasil. O Projeto Comprova foi fundado em 2018 com foco na eleição presidencial brasileira daquele ano, reunindo 28 diferentes veículos de comunicação do Brasil. O Fato ou Fake foi lançado em 30 de julho de 2018, com participação de jornalistas de oito veículos do Grupo Globo. Com exceção desta última iniciativa, que é formalmente vinculada a uma empresa de comunicação, as demais têm como característica serem plataformas independentes, embora geralmente estabeleçam parcerias com veículos de comunicação e seus profissionais. Com isso, o conteúdo dessas agências é incorporado à cobertura dos jornais, como é o caso da Folha de S. Paulo, que utiliza com frequência as checagens feitas pelo Projeto Comprova e pela Agência Lupa.

É justamente em um cenário de presença marcante das mídias sociais digitais nas conversações públicas, na formação da opinião pública e na (des)construção de narrativas políticas que as atividades de *fact-checking* tiveram que atuar durante a pandemia de COVID-19. Avaliações apontam que, mesmo não acompanhando a velocidade da disseminação de desinformação, houve um crescimento de 900% na verificação de fatos em língua inglesa, no período de janeiro a março de 2020. A desinformação de cima para baixo, patrocinada por políticos e celebridades, representa 20% da amostra analisada, entretanto,

corresponde a 69% do engajamento nas redes sociais (Brennen *et al*, 2020). Já Ceron *et al*. (2021) analisaram a verificação de fatos no Twitter realizada pelas agências de checagem Lupa e Aos Fatos, no período de janeiro a julho de 2020. Os resultados apontam que a evolução do fenômeno da desinformação teve influência da agenda política, principalmente no contexto de instabilidade e conflito. Atores políticos, como o presidente Jair Bolsonaro, bem como seus seguidores, protagonizaram e potencializaram defesas em torno da cloroquina e posições contrárias ao isolamento social, desconsiderando medidas de prevenção e controle recomendadas pela ciência (Reucero e Soares, 2020; Ricard e Medeiros, 2020).

Com a mídia digital, a reconfiguração das relações de produção, distribuição e consumo de informações produziu efeitos importantes para o jornalismo, com impactos relevantes nos modelos de negócio vigentes. Em um cenário marcado por constantes crises políticas, econômicas e sociais, e quando o sentimento de descrença nas instituições – entre elas o jornalismo – se amplia, o *fact-checking* vem se constituindo como um espaço de reafirmação da credibilidade. Isso é essencial para as empresas jornalísticas negociarem seu valor em um modelo concorrencial de mercado, posicionando-se também como uma ofensiva em relação ao jornalismo declaratório (Graves, 2016), mas, ao mesmo tempo, forçando as empresas de mídia tradicional a realizarem parcerias com as agências para agregarem esse ativo aos seus produtos.

Em relação à prática jornalística, a apuração de informações é elemento constitutivo dessa atividade. A checagem, por sua vez, pode ser considerada um produto jornalístico diferenciado que, além de apurar, apresenta os procedimentos da apuração, que se transforma no eixo do produto a ser oferecido à sociedade. O trabalho dos jornalistas de checagem consiste basicamente em examinar afirmações, declarações e dados, utilizando, em muitos casos, ferramentas, *softwares* e fontes especializadas. Por isso, não cabe na verificação o escrutínio de opiniões, a não ser que elas tentem se oferecer como fatos. O *fact-checking* também pode ser considerado uma extensão do jornalismo profissional que, em tempos de controvérsia, auxilia a imprensa tradicional na delimitação do espaço de profusão de discursos verdadeiros.

A presença das agências de checagem no enfrentamento à desinformação tem estimulado a realização de pesquisas que ultrapassam a descrição ou a importância da atividade. Nieminen e Rapeli (2018), em artigo de revisão de literatura, elencam estudos que apontam limites na eficácia da verificação, principalmente com indivíduos

engajados politicamente ou na permanência da desinformação em determinados ambientes mesmo após a correção, a ponto de promover um efeito contrário, fortalecendo percepções erradas, em subgrupos ideológicos.

Outras ponderações ao trabalho do *fact-checking* fogem dos aspectos práticos e dos efeitos da atividade. Uscinski e Butler (2013) criticam o método utilizado pelos checadores, entre eles a seleção do que deve ser verificado e a junção de várias declarações como fato único, o que poderia levar à conclusão de que os fatos seriam inequívocos e não sujeitos a interpretação. Marres (2018) argumenta que a verificação tenta restabelecer uma hierarquia preconceituosa entre conhecimento, não conhecimento e anticonhecimento, sem levar em consideração o desgaste que as próprias mídias digitais promovem no discurso público e o papel dos algoritmos nesse processo.

Ultrapassar essa dimensão normativa, focada nos atributos do conteúdo das mensagens, seria condição necessária para compreender a problemática do conhecimento na internet, um ambiente em que, para os autores, a falta de respeito pelos fatos vai além da qualidade das fontes de informação, se ancorando principalmente no design das plataformas, cujo espaço privilegia a opinião e não tem na autoridade dos especialistas e no fundamento de suas declarações as âncoras de validação deste domínio público. Na mesma linha, Albuquerque (2021) considera as agências de checagem, associadas à imprensa tradicional corporativa, parte de uma rede global, de perspectiva neoliberal, que busca construir um monopólio sobre a verdade dos fatos de forma autoritária, uma vez que a verdade seria aquela assumida pelas instituições tecnocráticas da globalização neoliberal.

Em defesa dos verificadores, Graves (2017) argumenta que as críticas epistemológicas desconsideram as nuances da objetividade jornalística, que conjuga um conglomerado de ideais, incluindo neutralidade, precisão, justiça, entre outros elementos. Nesse sentido, argumentos factuais podem sim ser avaliados, levando-se em consideração as evidências e os consensos, a partir de contextos e de interpretações, assim como ocorre com os fatos científicos, que são validados coletivamente, em redes de agentes humanos e não humanos. Amazeen (2015), por sua vez, defende que o trabalho do *fact-checking* centra-se apenas em declarações que podem ser verificadas, que as múltiplas metodologias não buscam substituir o método científico e que pode contribuir para tornar o eleitorado mais bem informado, em vez de sufocar o debate político.

Em uma pandemia, marcada por discursos negacionistas em que “mercadores da dúvida” (Oreskes

e Conway, 2011), devidamente articulados, professam mentiras e buscam confundir a sociedade em relação à importância das vacinas, o *fact-checking*, mesmo considerando os limites dos seus efeitos (Dourado, 2016) e a dificuldade das mensagens checadas chegarem aos indivíduos atingidos pela desinformação na pandemia (Burel *et al.*, 2020), cumpre papel importante na fiscalização da conduta e dos discursos de agentes públicos para que estes prestem contas sobre suas afirmativas, sendo essencial para a democracia e para a saúde coletiva.

Metodologia

Neste estudo, propomos ampliar o olhar sobre o combate à desinformação, analisando não apenas os textos de *fact-checking*, mas também outras produções jornalísticas que se caracterizaram, desde o título, pela estratégia de desmentir, denunciar e/ou repercutir o problema da disseminação de conteúdos falsos, enganosos ou distorcidos que ameaçam à saúde pública. Escolhemos para isso um importante jornal brasileiro, historicamente consolidado, com credibilidade junto ao público e que possui participação efetiva nos debates da esfera pública. Para a composição do corpus, primeiramente foi utilizado o sistema de busca do próprio *website* do jornal Folha de S. Paulo. Localizamos todas as publicações com as palavras-chave *vacina/vacinas* no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020. Com o *software* Octoparse, foram coletados desses resultados o título, a data de publicação, a editoria e a URL. Já os textos completos foram extraídos com o módulo de raspagem de dados Newspaper, desenvolvido para a linguagem de programação Python. Todos os dados foram então armazenados em uma planilha do programa Excel.

Um primeiro refinamento nessa base inicial teve como objetivo excluir possíveis duplicações e restringi-la ao conteúdo textual. Em seguida, foi realizada uma nova filtragem por palavras-chave para a seleção de matérias específicas sobre a vacina contra a COVID-19. Para isso, os operadores *vacina*, *vacinas* e/ou *vacinação* foram aplicados nos títulos, enquanto *coronavírus*, *covid* e/ou *pandemia* foram aplicados no corpo dos textos. O resultado foram 653 matérias relacionadas à vacina da COVID-19 publicadas pela Folha de S. Paulo em todo o ano de 2020.

Entretanto, para os objetivos deste estudo, tais matérias deveriam tratar ainda mais especificamente sobre notícias falsas, com eixo na checagem de fatos ou na repercussão do fenômeno da desinformação. Isso foi feito de duas formas: primeiro, com a aplicação de

novos operadores nos textos (*checagem, fake news, falso, comprova, verifica*), o que restringiu a base de dados para 211 matérias; segundo, com a inspeção visual de cada um desses textos restantes, tendo como critério de inclusão no *corpus* o fato de a matéria abordar uma notícia falsa ou enganosa e ter como objetivo desmentí-la, explicá-la ou abordar o problema que impacta a saúde pública. Após todos esses procedimentos, o *corpus* final foi composto por 41 matérias relacionadas à checagem de informações sobre a vacina contra a COVID-19.

Para uma exploração inicial desse conjunto de textos, extraímos algumas informações quantitativas, como o número de matérias produzidas por mês e distribuição por editorias. Em relação à análise qualitativa, utilizamos os estudos do *framing* (enquadramento) midiático, importante estratégia metodológica para compreender as disputas, principalmente em relação a temas controversos na esfera pública no âmbito da política, da comunicação, do meio ambiente e da ciência e tecnologia (Porto, 2004). Partimos da perspectiva de pacotes interpretativos desenvolvida por Gimson e Modigliani (1989), em que os quadros são construídos e partilhados socialmente, acionam o cognitivo e envolvem um contexto cultural mais amplo. Os *frames* (quadros) emergem da cultura e estão imbricados na relação entre produção e audiência, e por isso podem ser identificados nos produtos jornalísticos (Reese, 2007).

Por considerar a multiplicidade de abordagens, que marca teoricamente e metodologicamente os estudos do enquadramento (Pozobon e Schaefer, 2014), e as possibilidades de análise do enquadramento multimodal (Prudencio *et al.*, 2018), este estudo tomou o texto como importante elemento para análise do enquadramento e adotou a concepção de *frame* como parte da cultura, observando os dispositivos lógicos que constituem o que Van Gorp (2007) chama de “pacote de quadro”. Os dispositivos de enquadramento são palavras, expressões, metáforas, exemplos, descrições, argumentos e imagens que se manifestam no conteúdo midiático e, juntos, formam a ideia organizadora central.

Neste estudo, o *frame* não está restrito a palavras e expressões, ou a seu conteúdo manifesto, embora este ofereça importante pista para a identificação e análise do enquadramento, principalmente quando estamos frente ao que Entman *et al.* (2009) considerou *issue-specific frames*, ou seja, o uso do enquadramento para temas, que, apesar de imerso em um ambiente cultural mais amplo, guarda especificidades. Optamos pela abordagem dedutiva, em que os quadros surgem

após uma revisão da literatura e análise do conteúdo, realizada com a exaustiva leitura textual.

Os quatro quadros de referência para este trabalho (Tabela 1) emergiram de uma pesquisa exploratória realizada a partir da análise inicial de 102 notícias e reportagens sobre vacina publicadas na Folha de S. Paulo, no período de janeiro a agosto de 2020, com base nas descrições sugeridas por Nisbet (2008), Ramalho *et al.* (2012) e nas referências citadas ao longo deste artigo e atualizadas com a contribuição de Ogbodo *et al.* (2020), que analisaram o enquadramento da cobertura de materiais relacionados ao coronavírus publicadas entre dezembro de 2019 e março de 2020, em oito veículos jornalísticos ao redor do mundo. Além disso, procedemos a leitura flutuante de todo o *corpus* analítico. A matéria/reportagem foi considerada a unidade de análise e foram admitidos até dois *frames* por unidade.

Com o auxílio do Google Forms, também foram mapeadas as características dos textos jornalísticos de enfrentamento à desinformação, a presença das agências de *fact-checking* e classificações utilizadas, as principais fontes acionadas e as mídias sociais mencionadas. Essas dimensões do *corpus* puderam ser cruzadas com o auxílio do Google Data Studio, ferramenta que permite criar relatórios utilizando diferentes bancos de dados.

Resultados e discussão

Ao longo de 2020, a Folha de S. Paulo publicou 41 matérias sobre a vacina da COVID-19, na perspectiva do enfrentamento à desinformação, principalmente com checagem de informações falsas ou enganosas. Esse quantitativo equivale a 6,8% do total de matérias do jornal relacionadas à vacina contra o novo coronavírus SARS-CoV-2 publicadas no mesmo período. O Gráfico 1 mostra que houve uma atenção mais sustentada às notícias falsas relacionadas à temática em questão a partir de julho de 2020, com registro de matérias em todos os meses do segundo semestre. Em contrapartida, no primeiro semestre houve apenas quatro publicações, duas em março e duas em abril. O número de notícias e reportagens apresentou uma curva crescente até outubro – mês que possui a maior quantidade de matérias (11) –, voltando a patamares menores até o fim do ano. Quase todas as matérias do *corpus* (35) foram publicadas na editoria Equilíbrio e Saúde. As seis matérias restantes foram distribuídas nas editorias Poder (política) – com duas publicações –, Mundo, Cotidiano, Colunistas e #Hashtag (internet e redes sociais) – com uma publicação cada.

QUADROS	DESCRIÇÃO	DISPOSITIVO DE ENQUADRAMENTO
Bioético e/ou jurídico	<p>Trata de princípios éticos e diz respeito a julgamentos entre certo e errado, falso e verdadeiro, enganoso e impreciso com o objetivo de produzir desinformação. Aponta para as fronteiras e os limites, não técnicos, da vacina. Julga a aceitabilidade dos riscos conhecidos. Destaca posições da bioética. Aborda a verificação de conteúdos falsos disseminados na sociedade. Discute o negacionismo em oposição às evidências científicas. Questiona a obrigatoriedade da vacina com base nas liberdades individuais. Discute aspectos legais para punir os pais que não vacinam seus filhos. Coloca em debate a natureza, os valores e as condições do humano e da vida.</p>	<p>Ético, falso, mentira, não é verdade, não faz sentido, enganoso, <i>fake news</i>, errado, boato, inverídico, na verdade, conteúdos suspeitos, distorce informações, sem provas, contradição, antivacina, feto abortado, código penal, infração, lei, liberdade individual, obrigatoriedade, decreto, verificação, compulsório, punição, jurídico, legal, autonomia, liberdade, individual, ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, lei, obrigação, multa, prisão, pena, denúncia, crime, Conselho Regional de Medicina, CRM, exigências, “o filho(a) é meu e eu sei cuidar dele”, “os pais sabem o que é melhor para seus filhos(as)”, “o ECA não vale para a vacina”, responsabilidade, “eu amo meu filho para dar vacina”, “eu amo meu filho(a) para não dar vacina”, mandado, permitir, “escolha dos pais”, “proteger meu filho(a)”</p>
Política Pública e Estratégia política	<p>Trata das estratégias e disputas de poder em relação à vacina, competição e conflitos entre atores políticos nas narrativas sobre a vacina, ações das gestões governamentais sobre a saúde coletiva no quesito do desenvolvimento, produção, distribuição da vacina no Brasil, incluindo a definição de públicos prioritários em campanhas e sua cobertura vacinal. Retrata os debates sobre vacina que integram a pauta política dentro e fora do Congresso ou proposta por partidos políticos, movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil. Aborda a vacina como arma de mobilização e estratégia política de governantes de modo a dar respostas aos eleitores. Trata da desconfiança e descrença com o serviço público. Aborda o resultado de políticas públicas em relação à vacina. Se relaciona com os serviços de saúde disponibilizados nos SUS, como o Programa Nacional de Imunização (PNI), a aplicação das vacinas e as campanhas publicitárias do Ministério da Saúde.</p>	<p>Guerra, corrida, Bolsonaro, Doria, Trump, governo, projeto de lei, regulação, líderes políticos, órgão regulador, Anvisa aprovou, autorização, comunista, governo comunista chinês, vacina chinesa, políticas públicas, SUS, Sistema Único de Saúde, posto de saúde, Ministério da Saúde, campanha de vacinação, campanha de imunização, calendário vacinal, cobertura vacinal, PNI, Programa Nacional de Imunização, filas, falta de vacina/estoque, estoque, qualidade, acesso, disponibilidade, previsão, distribuição, cidadão, problema de estoque, rede pública, Secretaria Municipal de Saúde, demanda, escalonamento, público-alvo, públicos prioritários, OMS, Organização Mundial da Saúde, cartão de vacina, federal, oficial, político, partido, “o governo determinou”, relatório, boletim epidemiológico, revolta da vacina, mobilização social.</p>
Incertezas Científicas	<p>Trata o risco como ameaça à saúde do ser humano, para quem é a favor ou contra a vacinação; Trata da probabilidade dos efeitos adversos na vacina; Aborda os limites da ciência na produção de conhecimento e as vulnerabilidades na gestão de riscos no presente e no futuro. Indica incertezas sobre as ações de proteção das vacinas e suas consequências sobre a saúde do indivíduo.</p>	<p>Risco, risco de doença, risco de morte, efeitos adversos, reações adversas, efeito colateral, advertência, grupos de risco, incerteza, insegura, contraindicações, dúvidas, contaminação, propagação de doença, efeito rebanho, probabilidade de, estatísticas de, risco coletivo, desproteção, eficiente, dúvidas sobre eficácia, não sabemos, segurança, confiar, insegurança, reação, reações, infecção, inflamação, dor, sangramento, hematomas, diarreia, dano, exposição, afetar, ainda não se sabe, ainda pode adquirir a doença.</p>

Novo Desenvolvimento Tecnológico	Anúncio da aplicação de descobertas, de novas vacinas, e de novos resultados experimentais e de ensaios clínicos.	Eficácia, Eficiência, “melhora da vacina”, aprimoramento, “tem desenvolvido”, “aumenta a proteção”, “nova tecnologia”, “nova vacina”, “novos resultados clínicos”, testados, ensaios clínicos, desenvolvimento da vacina, progresso, testes, esforços, etapas, fases de teste, processo de testagem, estágio, pré-clínicos, clínicos in vitro.
----------------------------------	---	--

Tabela 1. Descrição dos frames utilizados para a análise das matérias.

Table 1. Description of the frames used for the analysis of the stories.

Fonte: elaborado pelos autores

Estudos em diferentes contextos indicam não apenas um aumento expressivo de notícias e reportagens sobre o novo coronavírus a partir de janeiro de 2020 (Basch *et al.*, 2020), mas também uma reaproximação do público a veículos de comunicação tradicionais como fontes de informação confiáveis (Casero-Ripollés, 2020). No caso da Folha de S. Paulo, o salto exponencial na produção de matérias foi registrado entre fevereiro e março de 2020, quando a quantidade de publicações com a palavra-chave *coronavírus* passou de 572 para 5.519. No entanto, o presente levantamento mostra que matérias com foco na checagem de fatos representam uma pequena parcela do total de publicações. No caso de *fact-checking* sobre a vacina contra a COVID-19, a proporção foi de apenas cerca de 7 em cada 100 textos publicados pela Folha de S. Paulo em 2020. Além disso, a atenção ao tema se intensificou apenas no segundo semestre, quando ele de fato começou a ganhar mais repercussão com os resultados das fases iniciais de testes de vacinas e os primeiros acordos para a futura produção e comercialização de um imunizante.

Em relação aos enquadramentos, identificamos uma predominância do *frame* Bioético e Jurídico em 95,1% da amostra, uma vez que os materiais expõem um julgamento entre o certo e o errado sobre temáticas referentes à obrigatoriedade da vacina, o livre arbítrio dos indivíduos, as acusações relativas a crime contra a humanidade, a penalização a quem optar por não se vacinar e a exposição ao vírus como forma de obter imunidade natural (Gráfico 2).

O segundo enquadramento com maior número de ocorrência é Política Pública e Estratégia Política, que está expresso em 53% da amostra, mesmo aparecendo de

forma secundária em consonância com o predominante. Este *frame* aborda desmentidos envolvendo desinformação sobre a segurança da vacina, principalmente a CoronaVac, associada aos adversários políticos do presidente Bolsonaro, como o governador de São Paulo, João Doria, e integrantes de partidos de oposição ao governo federal. Nesse caso, há uma centralidade nas acusações sobre a China e sua “vacina chinesa” e “comunista”, e a exaltação de vacina produzida por Israel, que não existia. Publicações em defesa do medicamento hidroxicloroquina, associadas a questionamentos sobre a segurança da vacina, inclusive acusando que os imunizantes não passaram por testes pré-clínicos, são potencializados por discursos de políticos que ocupam cargos no governo ou de seus apoiadores, caracterizando a disseminação de cima para baixo. Os enquadramentos de Riscos e Incertezas Científicas e Desenvolvimento Tecnológico apresentam-se de forma tangencial.

Em relação à narrativa das matérias, identificamos quatro estruturas, que indicam as formas do jornal abordar a desinformação sobre vacina: verificação por agência de *fact-checking*, com 58,5%, sendo 23 produzidas pelo Projeto Comprova e uma pela Agência Lupa^[3]; verificação do jornal (24,4%), com apenas uma reportagem de verificação não realizada pela equipe da Folha de S. Paulo; divulgação de pesquisa sobre desinformação (9,8%), dando visibilidade a estudos realizados por universidades e pela Agência Lupa sobre monitoramento de atividades de desinformação; e esclarecimentos sobre vacina, com modelo de perguntas e respostas (7,3%).

Com reportagens de contestação à desinformação, envolvendo as etapas de ensaios clínicos e autorização e/

[3] Na amostra foram identificados dois textos da Agência Lupa, ambos na editoria Equilíbrio e Saúde e no formato de coluna assinada pela agência. Um foi classificado como relatório de pesquisa sobre desinformação e outro como verificação de desinformação sobre a vacina CoronaVac.

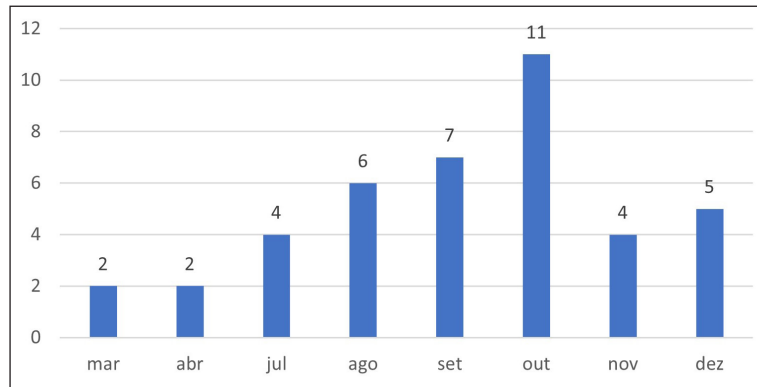


Gráfico 1. Matérias com fact-checking sobre a vacina da COVID-19 publicadas pela Folha de S. Paulo em 2020.
Graph 1. Stories with fact-checking on the COVID-19 vaccine published by Folha de S. Paulo in 2020.

Fonte: elaborado pelos autores

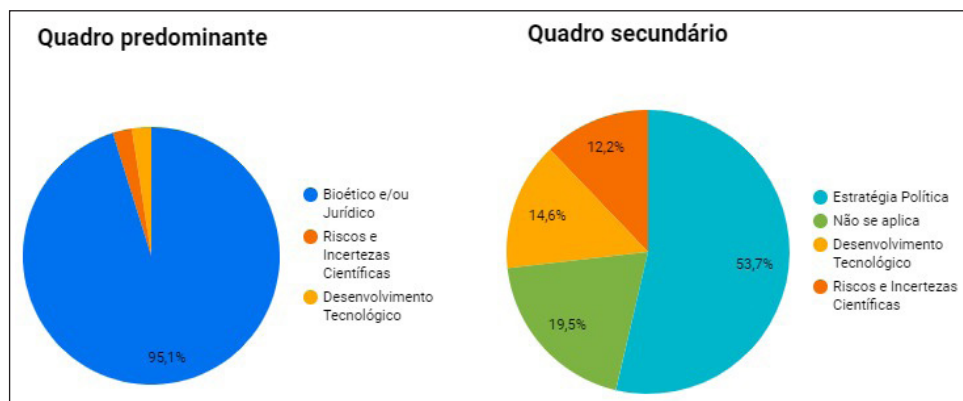


Gráfico 2. Incidência dos quadros predominante e secundário.
Graph 2. Incidence of predominant and secondary frames.

Fonte: elaborado pelos autores

ou desautorização de uso medicamentos para a COVID-19, as organizações governamentais como Anvisa, Ministério da Saúde e secretarias de governos estaduais têm presença expressiva, com 12,8%, seguido dos organismos internacionais (11,3%), que é uma tendência das agências em privilegiar fontes oficiais (Damasceno e Patrício, 2020). Reportagens que checam a veracidade das afirmações divulgadas pelas fontes costumam ter a forte presença de parlamentares, governadores e presidentes, o que tornou políticos uma fonte relevante na amostra (11,3%).

A Sociedade Brasileira de Imunologia (SBI) é a principal fonte entre as sociedades de profissionais e especialistas (9%). O ataque à CoronaVac tornou o Instituto Butantan, produtor da vacina, uma fonte frequente – sozinho

foi acionado pelos jornalistas em 7,5% da amostra. Em comparação, a Fiocruz, que produz a vacina em parceria com a AstraZeneca, é acionada com menor frequência nos textos, em função do menor volume de desinformação sobre essa vacina. Assim como a Fiocruz, ONGs, representantes de universidades e revistas científicas foram classificadas em “outros” pela menor representação individual na amostra (Gráfico 3). Na realidade, os pesquisadores, que aparecem com 10,5%, representaram as universidades e institutos de pesquisas, uma vez que são nomeados como pesquisadores dessas instituições.

O levantamento também apontou que em 70,7% dos textos há referência à mídia social em que a desinformação foi identificada. O Twitter é a de maior ocorrência, com

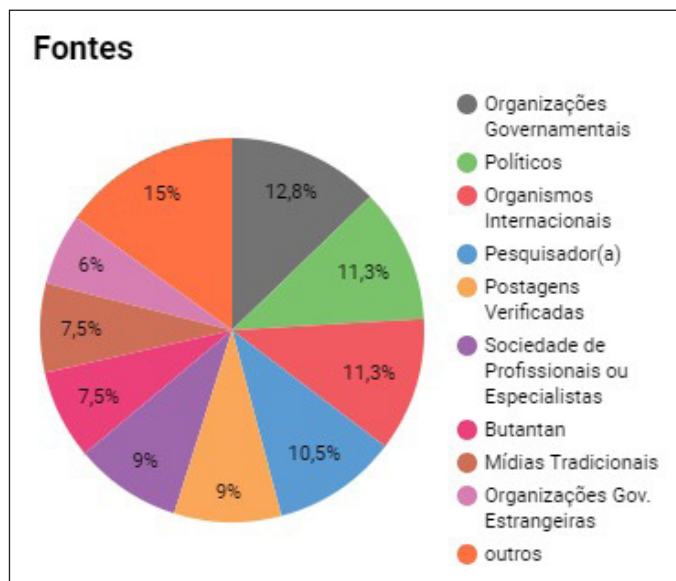


Gráfico 3. Fontes acionadas nas matérias.

Graph 3. Sources consulted in the stories.

Fonte: elaborado pelos autores

31,7%, seguida do Facebook (19,5%), YouTube (7,3%), Instagram e WhatsApp (ambas com 2,4%). A cobertura da desinformação em vacina no jornal, no entanto, tendeu a não ampliar a investigação sobre o espalhamento viral de conteúdos falsos ou enganosos nas mídias sociais, limitando a apuração ao conteúdo das informações. Por isso, em 73,2% dos textos não há qualquer informação sobre a distribuição e circulação da desinformação nas mídias sociais, omissão que não oferece ao leitor a oportunidade de compreender a relação entre as ocorrências verificadas pelo jornal e o complexo sistema de desinformação vigente na pandemia, uma crítica já apontada por Marres (2018). Outra característica presente nos materiais associados é a disseminação da desinformação a partir de anônimos, muito comum nas mídias sociais, o que é caracterizado como desinformação de baixo para cima.

O enquadramento Bioético e Jurídico

A questão da vacinação expõe, em termos éticos e jurídicos, aspectos que contrapõem, notadamente, os princípios da autonomia e da beneficência. O ponto central diz respeito a qual deles deve prevalecer no que concerne à recusa vacinal: a autonomia da pessoa de de-

cidir, segundo as suas crenças e concepções, se vacinar ou não; e, em sentido oposto, a beneficência no âmbito da coletividade (Levi, 2013). O combate à desinformação evidencia o enquadramento Bioético e Jurídico ao contestar diretamente *posts* que viralizaram nas redes sociais ou declarações que repercutiram na mídia, tanto pela ação do *fact-checking* quanto pela divulgação de resultados de pesquisas sobre a identificação e o monitoramento de desinformação sobre vacina, bem como em reportagens que rebatem declarações de fontes, principalmente políticos, que distorcem ou disseminam informações falsas, ou ainda utilizando o formato de perguntas e respostas dirigidas ao esclarecimento da população.

O *corpus* deste trabalho se assenta em ações de enfrentamento em que o jornalismo promove a defesa da “integridade” dos fatos, matéria-prima na produção de notícias em que o jornalista tem a obrigação ética com a informação verdadeira, ainda que a subjetividade esteja presente no seu processamento e o texto jornalístico seja parte da realidade construída socialmente. Mesmo a palavra “não” se configurando como estratégia nos títulos dos textos jornalísticos, uma vez que esse advérbio apontaria para a negação da existência do fato, desconsiderando sua própria singularidade, identificou-se que o termo foi muito utilizado nos títulos. A estratégia sinaliza que o jornalismo seria capaz de reordenar a correspondência entre textos e

realidade social, ao negar uma mentira para revelar uma verdade. “Vacina contra a COVID-19 não vai provocar danos genéticos nem monitorar a população”, “Dilma não disse que vacina chinesa vai funcionar porque pandemia começou na China” e “Vacina de Cuba contra coronavírus não existe” são exemplos em que o “não” indica a ausência de verdade, da desconexão entre os dados da suposta ocorrência e a sentença que representaria o fato.

Ao usar, ao longo dos textos, termos e expressões como *falso*, *enganoso*, *mentira*, *fake news*, *verificação*, *nada disso faz sentido*, *não*, é errado, é falso, *de fato*, *na verdade* e *conteúdos suspeitos*, que são pistas textuais deste *frame*, o jornalismo de checagem reivindica a autoridade do jornalismo sobre a ocorrência do fato que, historicamente, o legitimou enquanto forma de conhecimento da realidade (Genro Filho, 1987). Na tarefa de desmentir e informar, o jornalismo vai em busca de aliados que o auxiliem na tarefa de identificar e esclarecer, de modo racional, erros, incongruências e imprecisões das sentenças em verificações expressas em tuítes, vídeos, discursos de políticos e textos de blogs e *sites*. As fontes técnico-científicas, prioritariamente das universidades e outros centros de pesquisa, como o Instituto Butantan, sociedades de especialistas – como a Sociedade Brasileira de Imunologia (SBI) –, e de instituições que atuam segundo modelos e procedimentos científicos de órgãos multilaterais, como a OMS, ou governamentais, como a Anvisa, proferem discursos de autoridade, tomados como legítimos, capazes de revelar uma verdade omitida ou falseada pelos propagadores de desinformação.

Nesse sentido, o jornal recorre a expressões de validação técnico-científica, como *evidências científicas*, *dados oficiais*, *sem comprovação*, *informações científicas*, para legitimar o trabalho de investigação apresentado no texto, não abrindo espaço para uma equivalência argumentativa entre as fontes que expressam posições contrárias ao consórcio jornalismo-ciência, nem qualquer discurso de ceticismo sobre a ciência. Nota-se um claro movimento de translação de interesses, descrito por Latour (2000), em que o jornalismo também assume um lugar de autoridade para afirmar o que é falso, enganoso ou qual seria a melhor solução para a pandemia, em associação com o discurso científico.

A afirmação é enganosa, já que não existem indícios científicos que indiquem que as vacinas e os adjuvantes causem qualquer uma das duas doenças, como explicou o pesquisador Rafael Dhália, da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) (Folha de S. Paulo, 2020b).

Também parece haver, na construção dessa narrativa, um padrão de defesa da importância da vacina como solução, de alertar que a desinformação coloca em risco a saúde das pessoas, informando muitas vezes os números de visualizações e interações das publicações falsas nas mídias sociais, assim como a data em que os dados oficiais utilizados sobre o coronavírus estavam disponíveis.

Conteúdos que trazem desinformação relacionada à Covid-19, como o verificado aqui, são ainda mais perigosos pois colocam a saúde da população em risco e podem custar vidas. (...) Uma vacina é a forma mais eficiente de imunizar a população e esforços estão sendo feitos em todo planeta para chegar a essa solução. (Folha de S. Paulo, 2020d).

A associação entre os *frames* Bioético e Jurídico e Desenvolvimento Tecnológico ocorreu de forma mais enfática na verificação de desinformações que colocavam em dúvida ou reprovavam as vacinas em função do seu desenvolvimento acelerado, questionando a obediência aos procedimentos de segurança nas fases dos ensaios clínicos. Essa associação oferece a oportunidade ao leitor de conhecer mais sobre os conceitos da imunologia e os processos científicos relacionados ao desenvolvimento do imunizante, que geralmente não são objetos da atenção dos jornalistas, muitas vezes reféns da lógica da divulgação dos resultados. Em “Médicos não provaram que vacina precisa de dez anos de pesquisa para ser segura”, publicada em 9 de novembro de 2020, o *Comprova* destaca que não existe tempo mínimo exigido na produção de uma vacina segura, pois o que importa é cumprir as etapas de testes para aprovação pelos órgãos reguladores.

A associação entre os *frames* Bioético e Jurídico e Incertezas Científicas, por sua vez, tem maior destaque nas verificações em que há exploração de lacunas nos consensos científicos sobre a vacina, assim como na transformação de possíveis efeitos adversos em evidência cabal de que a vacina produz risco à saúde, podendo provocar até mesmo morte dos voluntários nos ensaios clínicos. Por isso, há necessidade de recorrer a fontes científicas e institucionais para explicar, de forma mais didática, porque aquela informação não procede e como aquele risco, geralmente superdimensionado na desinformação, não significa ameaça à saúde.

Na tarefa de combate à desinformação, além dos textos de checagem e das reportagens e textos opinativos do jornal, o *frame* Bioético e Jurídico também foi

acionado no formato de perguntas/dúvidas/respostas, em associação com Incertezas Científicas e Desenvolvimento Tecnológico. Em 17 de dezembro de 2020, o título “Veja verdades e mentiras sobre a vacina contra COVID-19” trouxe uma série de dúvidas recorrentes sobre o imunizante. Nessa associação de *frames*, palavras e expressões como *reações adversas*, *riscos* e *ainda não se sabe* sinalizam o enquadramento da incerteza científica, enquanto o *frame* desenvolvimento tecnológico é apontado em pistas textuais, como *eficácia*, *testes*, *ensaios clínicos* e *fase de testes*, *testes em humanos*, *desenvolver imunizantes*.

Enquadramento Política Pública e Estratégia política

Associado ao enquadramento predominante, este *frame* é o segundo de maior ocorrência no *corpus* deste trabalho e abarca textos em que a desinformação ocorre em torno de debates sobre a vacina que integram a pauta das políticas públicas ou debates e estratégia política, seja para reforçar discursos negacionistas, de xenofobia, ou como arma para descredenciar opositores, atingindo sua reputação. A ênfase na corrida entre laboratórios e investimentos dos países pela tecnologia, que poderia salvar as economias afetadas pela pandemia, evidencia ainda o conflito geopolítico entre Estados Unidos e China, reverberado em discursos de atores políticos que acionam o enquadramento. *Guerra*, *corrida*, *Bolsonaro*, *Doria*, *Trump*, *projeto de lei*, *regulação*, *aprovou*, *Anvisa aprovou*, *autorização*, *comunista* e *governo comunista chinês* são algumas das palavras e expressões que sinalizam esse *frame*, assim como a presença de textos sobre ações e discursos de atores do Estado que, frequentemente, estão misturadas com a ação política governamental, partidária e eleitoral.

A expressão vírus chinês, que se tornou recorrente na retórica do ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e de seus seguidores e aliados políticos, é ressignificada nos debates sobre a vacina com o termo *chinesa*, marcando a pátria do imunizante desenvolvido no país rival dos EUA, enquanto vacinas como a de Oxford (Reino Unido) e a da Pfizer (Estados Unidos) são referenciadas pelas instituições de pesquisa e laboratórios.

No cenário interno brasileiro, o *frame* Política Pública e Estratégia Política se torna mais presente a partir de junho de 2020, com o anúncio da participação do Brasil na rede global de produção de vacinas, bem como a participação de brasileiros voluntários em testes clínicos. A CoronaVac, fruto da parceria entre a farmacêutica Sino-vac, da China, com o Instituto Butantan, de São Paulo, se

tornou protagonista de desinformação, conforme aponta a verificação da Agência Lupa no *site* da Folha de S. Paulo: “Parceria com empresa chinesa turbinou desinformação sobre vacinas no Brasil”, de 9 de julho de 2020.

Uma das teorias da conspiração mais compartilhadas sobre esse tema foi a de que Doria teria assinado o acordo com a empresa chinesa em agosto de 2019, antes de o vírus ser descoberto. Conteúdos sugeriam que o tucano sabia tudo sobre a doença e faria parte de uma “conspiração chinesa” (Folha de S. Paulo, 2020c).

No debate público sobre essa vacina no Brasil, em função da proeminência do promotor político da iniciativa, o governador João Doria, as desinformações sobre a CoronaVac contemplavam aspectos diversos relacionados à qualidade e segurança da vacina e a uma suposta sabotagem da economia mundial pela China, com o objetivo de desestimular a adesão da população ao imunizante. O uso da vacina para atacar o governador de São Paulo é motivo de desmentidos por duas vezes: “Foto de Doria tomando vacina é de março, antes do uso de máscara se tornar obrigatório em São Paulo”, de 29 de julho de 2020, e “É falso que João Doria tomou a vacina chinesa contra COVID-19”, de 13 de agosto de 2020. Nesse último caso, a verificação versa sobre um vídeo que imputava ao governador uma falha ética ao tomar a vacina antes de ela ser disponibilizada à população. Em ambos os casos, não há auxílio de fontes especializadas. Ao contrário, a reportagem relata o método de verificação utilizado e recorre a entrevistas com as personagens envolvidas na disputa.

A vacina esteve no centro de conteúdos falsos que associavam políticos de oposição à vacinação obrigatória e sua violação às liberdades individuais, gerando desmentidos em 7 de setembro de 2020 na matéria “Projeto de lei não prevê prisão para quem recusar a se vacinar contra a COVID-19”, referindo-se a um projeto protocolado pelo deputado federal Wolney Queiroz (PDT-PE), que não torna obrigatória a vacina, mas apenas acrescenta um artigo à lei sancionada pelo governo federal que já prevê a possibilidade de a imunização ser compulsória contra a COVID-19.

O presidente Bolsonaro também se mostrou uma fonte de desinformação e teve afirmações públicas verificadas e contestadas, a exemplo do que ocorreu em “Declaração de Bolsonaro sobre vacina contra COVID-19 preocupa pelo potencial antivacinação”, de 1º de setembro de 2020. Ou ainda em “Lei assinada por Bolsonaro prevê vacinação compulsória, diferentemente do que ele afir-

mou”, de 5 de setembro de 2021. Reforçando o modelo de verificação de discursos de políticos, a matéria “Bolsonaro desinforma e se contradiz ao pedir evidência científica de vacina chinesa” explicita como o presidente refere-se à CoronaVac, a “vacina chinesa de João Doria”, e apresenta as informações sobre o desenvolvimento do imunizante para atestar que “até agora o conhecimento científico disponível embasa a continuidade do desenvolvimento dessa vacina”. A reprovação ao discurso de Bolsonaro é explícita.

Ao atacar a vacina anticoronavírus da empresa chinesa Sinovac, testada em parceria com o Instituto Butantan, e dizer que “o povo brasileiro não será cobaia de ninguém”, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) derrapa na lógica, se contradiz e desinforma (Folha de S. Paulo, 2020a).

Por fim, a presença do *frame* Política Pública e Estratégia Política na verificação da disseminação de desinformação sobre vacina durante a pandemia da COVID-19 expõe o impacto negativo da participação de políticos e autoridades nas redes de desinformação que cresceram ou sugeriram durante o ano de 2020. Mostra ainda como o debate, que poderia se concentrar nos aspectos essenciais das políticas públicas de saúde que pudessem garantir a vacina para os cidadãos, desvia-se para a desconstrução da reputação de adversários políticos.

Considerações finais

Identificar e analisar os enquadramentos predominantes na cobertura jornalística de enfrentamento à desinformação sobre vacinas em contexto de pandemia revela o desafio do jornalismo diante da disseminação de conteúdos falsos, enganosos ou distorcidos que ameaçam a saúde pública, principalmente quando atores políticos e governamentais se movem pelo negacionismo em detrimento do fato científico. Os resultados deste estudo permitem concluir que a Folha de S. Paulo procurou principalmente delimitar o que é verdade ou mentira em determinada informação, muitas vezes a começar pelo título, além de repercutir estudos sobre o fenômeno da desinformação e esclarecer dúvidas associadas ao espalhamento de desinformação.

Sendo assim, o jornalismo busca reafirmar seu papel de instituição de credibilidade, lançando mão não apenas dos preceitos básicos da apuração das informações, mas também utilizando recursos tecnológicos para, por exemplo, comprovar a veracidade de áudios e vídeos. A incorporação do conteúdo das agências de ve-

rificação pela Folha de S. Paulo é um exemplo de como os veículos de comunicação, de uma forma geral, estão preocupados em se associar às iniciativas de combate à desinformação, reafirmando não apenas os valores do jornalismo profissional, mas também, como verificou Graves (2016), o discurso democrático, de responsabilidade pública, precisão da informação e de justiça.

Por meio do enquadramento Bioético e Jurídico, o jornal também abordou as questões éticas que envolvem o desenvolvimento técnico e científico, sobretudo os testes com as diferentes vacinas contra a COVID-19, o que exigiu a construção de narrativas não só baseadas nos resultados das pesquisas, mas também preocupadas em informar sobre os processos da prática científica, que geralmente não integram o menu noticioso, mas foram acionados por aqueles que buscavam disseminar desinformação. Observa-se que a discussão acionada revela categorias de desinformação que já circulavam na internet antes da pandemia, como a associação de vacinas com fetos abortados e o debate entre vacinação compulsória e liberdades civis (Kata, 2009).

A análise também ressalta como a cobertura da Folha de S. Paulo esteve centrada em determinadas instituições, atores políticos e países que estiveram no foco das notícias falsas. Nesse caso, o *frame* Política Pública e Estratégia Política, o segundo mais acionado, revela o uso da vacina no centro das disputas de poder em detrimento do interesse público, principalmente quando dúvidas sobre efeitos adversos e segurança foram insufladas pelo próprio presidente do Brasil em relação à vacina produzida por uma empresa farmacêutica da China. Esses achados ressaltam a natureza social da ciência, com suas dimensões política, ideológica e econômica, bem como a necessidade de pensar a sua relação com a cultura, o contexto e com os diferentes atores que mobilizam o debate dentro e fora do laboratório.

No *lócus* e no *corpus* analisados, o *fact-checking* se mostrou um procedimento eficiente quando calcado na evidência científica, na pluralidade de fontes e na premissa de que a vacinação é uma medida fundamental para a saúde coletiva. Entretanto, é preciso levar em consideração o descompasso entre a produção e a circulação de notícias falsas e a capacidade do jornalismo profissional de refutá-las, assim como a ausência de materiais na cobertura que auxiliem o cidadão a entender a produção e a distribuição de desinformação nas mídias sociais digitais. Trata-se de um desafio complexo para o qual não há respostas imediatas, mas que reforça a necessidade de estudos que apreendam os *frames* mobilizados pelos veículos de comunicação ao lidar com essa (des)informação científica.

Referências

- ALBUQUERQUE, A. 2021. As fake news e o Ministério da Verdade Corporativa. *Revista Eptic*, **23**(1): 124-141.
- ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. 2017. Social Media and Fake News in the 2016 Election. *Journal of Economic Perspectives*, **31**(2): 211-236.
- AMAZEEN, M. 2015. Revisiting the epistemology of fact-checking. *Critical Review*, **27**(1), 1-22.
- BASCH, C; KECOJEVIC, A.; WAGNER, V. H. 2020. Coverage of the COVID-19 Pandemic in the Online Versions of Highly Circulated U.S. Daily Newspapers. *Journal of Community Health*, **45**(6), 1089-1097.
- BRENNEN, J. S.; SIMON, F.; HOWARD, P. N.; NIELSEN, R. K. 2020. Types, sources, and claims of COVID-19 misinformation. *Reuters Institute for the Study of Journalism*. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/types-sources-and-claims-covid-19-misinformation>. Acesso em: 19/05/2021.
- BUREL, G.; FARRELL, T.; MENSIO, M.; KHARE, P.; ALANI, H. 2020. Co-spread of misinformation and fact-checking content during the Covid-19 pandemic. *Lecture Notes in Computer Science*, **12.467**: 28-42.
- CASERO-RIPOLLÉS, A. 2020. Impact of COVID-19 on the media system: Communicative and democratic consequences of news consumption during the outbreak. *El Profesional de La Información*, **29**(2): 1-11.
- CERON, W.; SANTOS, M. F. L.; QUILES, M. G. 2021. Fake news agenda in the era of COVID-19: identifying trends through fact-checking content. *Online Social Networks and Media*, **21**: 1-50.
- CINELLI, M.; QUATTROCIOCCI, W.; GALEAZZI, A.; VALENSISE, C. M.; BRUGNOLI, E.; SCHMIDT, A. L.; ZOLA, P.; ZOLLO, F.; SCALA, A. 2020. The COVID-19 social media infodemic. *Sci Rep*, **10**: 1-10.
- DAMASCENO, D; PATRÍCIO, E. 2020. Jornalismo e fact-checking: fontes oficiais na base da checagem e critérios não explicitados na seleção do que checar orientam a análise de Aos Fatos e Agência Lupa. Encontro Anual da Compós, XXIX, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS. Anais...
- DINIZ, A. 2018. Fact-checking no Ecossistema Jornalístico Digital: práticas, possibilidades e legitimação. *Mediapolis*, **5**: 23-37.
- DOURADO, T. 2016. Fact-checking como possibilidade de accountability do jornalismo sobre o discurso político: as três iniciativas brasileiras. In: Encontro Anual da Anpocs, 40°. Anais...
- ENTMAN, R. M.; MATTHES, J.; PELLICANO, L. 2009. Nature, Sources, and Effects of News Framing. In: K. WAHL-JORGENSEN; T. HANITZSCH (ed.). *The Handbook of Journalism Studies*. Nova York, Routledge: 175-190.
- FOLHA DE S. PAULO. 2020a. Bolsonaro desinforma e se contradiz ao pedir evidência científica de vacina chinesa. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2020/10/bolsonaro-desinforma-e-se-contradiz-ao-pedir-evidencia-cientifica-de-vacina-chinesa.shtml>. Acesso em: 19/05/2021.
- FOLHA DE S. PAULO. 2020b. Enfermeiro engana ao dizer que médico morreu por efeitos da vacina de Oxford. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2020/11/enfermeiro-engana-ao-dizer-que-medico-morreu-por-efeitos-da-vacina-de-oxford.shtml>. Acesso em: 19/05/2021.
- FOLHA DE S. PAULO. 2020c. Parceria com empresa chinesa turbinou desinformação sobre vacinas no Brasil. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2020/07/parceria-com-empresa-chinesa-turbinou-desinformacao-sobre-vacinas-no-brasil.shtml>. Acesso em: 19/05/2021.
- FOLHA DE S. PAULO. 2020d. Vacinas em teste passaram por fase pré-clínica, ao contrário do que diz médico. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2020/10/vacinas-em-teste-passaram-por-fase-pre-clinica-ao-contrario-do-que-diz-medico.shtml>. Acesso em: 19/05/2021.
- GAMSON, W.; MODIGLIANI, A. 1989. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. *The American Journal of Sociology*. **95**(1): 1-37.
- GENRO FILHO, A. 1987. *O Segredo da Pirâmide*. Porto Alegre, Tchê.
- GRAVES, L. 2016. Boundaries not drawn: mapping the institutional roots of the global fact-checking movement. *Journalism Studies*: 1-19.
- GRAVES, L. 2017. Anatomy of a fact check: objective, practice and the contested epistemology of fact checking. *Communication, Culture and Critique*, **10**(3): 518-537.
- HOCHMAN, G. 2011. Vacinação, varíola e uma cultura da imunização no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, **16**: 375-386.
- KATA, A. 2009. A postmodern Pandora's box: anti-vaccination misinformation on the Internet. *Vaccine*. **28**(7): 1709-1716.
- LATOUR, B. 2000. *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo, Editora Unesp.

- LAZER, D. M. J.; BAUM, M. A.; BENKLER, Y.; BERINSKY, A. J.; GREENHILL, K. M.; MENCZER, F.; METZGER, M. J.; NYHAN, B.; PENNYCOOK, G.; ROTHSCHILD, D.; SCHUDSON, M.; SLOMAN, S. A.; SUNSTEIN, C. R.; THORSON, E. A.; WATTS, D. J.; ZITTRAIN, J. L. 2018. The science of fake news. *Science*, **359**(6380): 1094-1096.
- LEVI, G. C. 2013. *Recusa de vacinas: causas e consequências*. São Paulo, Segmento Farma.
- MARRES, N. 2018. Why we can't have our facts back. *Engaging Science, Technology, and Society*, **4**: 423-443.
- NIEMINEM, S.; RAPELI, L. 2018. Fighting misperceptions and doubting journalists' objectivity: a review of fact-checking literature. *Political Studies Review*, **17**(3): 296-309.
- NISBET, M. 2008. Framing Science: a New Paradigm in Public Engagement. *New Agendas in Science Communication*: 1-32.
- OGBODO J. N.; ONWE, E. C.; CHUKWU, J.; NWASUM, C. J.; NWAKPU, E. S.; NWANKWO, S. U.; NWAMINI, S.; ELEM, S.; OGBAEJA, N. I. 2020. Communicating health crisis: a content analysis of global media framing of COVID-19. *Health Promot Perspect*. **10**(3): 257-269.
- ORESQUES, N.; CONWAY, E. 2011. *Merchants of doubt: how a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming*. Bloomsbury Publishing, 369 p.
- PORTO, M. 2004. Enquadramentos da mídia e política. In: A. A. RUBIM (org.). *Comunicação e Política: conceitos e abordagens*. Salvador, EdUFBA: 73-104.
- POZOBON, R. O.; SCHAEFER, R. 2014. Perspectivas contemporâneas das pesquisas sobre enquadramento: uma proposta de sistematização conceitual. *Fronteiras – estudos midiáticos*, **16**(3): 157-168.
- PRUDENCIO, K.; RIZZOTTO, C.; SAMPAIO, R. C. 2018. A Normalização do Golpe: o esvaziamento da política na cobertura jornalística do “impeachment” de Dilma Rousseff. *Contracampo*, **37**(2): 8-36.
- RAMALHO, M.; MASSARANI, L.; CASTRILLÓN, T. A.; POLINO, C.; VARA, A. M.; CRÚZ-MENA, J.; HERMELIN, D.; CEVALLOS, M. C.; CASTELFRANCHI, Y.; OCA, A. M.; POZA, G. R.; MOREIRA, I. C. 2012. Ciência em telejornais: uma proposta de ferramenta para análise de conteúdo de notícias científicas. In: L. MASSARANI (org.). *Monitoramento e capacitação em jornalismo científico: a experiência de uma rede ibero-americana*, Rio de Janeiro, Museu da Vida/Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, Ciespal.
- RECUERO, R.; SOARES, F. 2020. O Discurso desinformativo sobre a cura do COVID-19 no Twitter: estudo de caso. *E-Compós*, **23**: 1-29.
- REESE, S. 2007. The Framing Project: A Bridging Model for Media Research Revisited. *Journal of Communication*, **57**: 148-154.
- RICARD, J, MEDEIROS, J. Using misinformation as a political weapon: COVID-19 and Bolsonaro in Brazil, *The Harvard Kennedy School (HKS) Misinformation Review*, **1**(1): 1-6.
- USCINSKI, J; BUTLER, R. 2013. The epistemology of fact checking. *Critical Review*, **25**(2): 162-180.
- VAN GORP, B. 2007. The constructionist approach to framing: bringing culture back. *Journal of Communication*, **57**(1): 60-78.
- WANG, Y.; MCKEE, M.; TORBICA, A.; STUCKLER, D. 2019. Systematic literature review on the spread of health-related misinformation on social media. *Social Science and Medicine*, **240**: 1-12.
- WARDLE, C.; DERAKHASHAN, H. 2017. Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making. *Council of Europe Report*. Disponível em: <https://edoc.coe.int/en/media/7495-information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research-and-policy-making.html>. Acesso em: 19/05/2021.